

APRESENTAÇÃO

Comprometida com a disseminação de pesquisas inovadoras e debates críticos que ampliam as fronteiras do direito e da justiça social, a Revista Arandu – Norteando Direitos chega à sua quarta edição se consolidando como uma plataforma plural, essencial para a qualificação e o desenvolvimento técnico de membros, servidores e estagiários das Defensorias Públicas do Brasil.

Neste número, temas cruciais para a atuação da Defensoria são abordados sob diferentes perspectivas, reforçando o papel fundamental da revista, no debate de questões de relevância social e jurídica.

Na edição, discutimos a delicada questão da (im)possibilidade jurídica do aborto legal em casos de *stealth*. Outro tema atual e relevante é a insuficiência do Direito Penal na proteção de crianças e adolescentes contra o *cyberbullying* nas redes sociais. O artigo aponta para a necessidade de medidas mais eficazes diante dos desafios impostos pelo ambiente digital.

A atuação da Defensoria Pública na tutela jurídica das vulnerabilidades digitais também faz parte da publicação, que destaca o papel da instituição na defesa de direitos em um cenário de crescente exposição às novas tecnologias.

O combate ao encarceramento em massa é outro tema de merecido destaque. A abordagem multidisciplinar do fenômeno expõe as falhas do sistema penal e as consequências do modelo. Também há espaço para reflexões valiosas sobre a prática do assistente social no depoimento especial, demonstrando a importância do trabalho desses profissionais no acompanhamento de vítimas de violência.

Na seara eleitoral, o debate gira em torno das estratégias para o

combate à fraude à cota de gênero nas eleições do estado do Amazonas, ressaltando a importância de garantir a representatividade feminina no cenário político.

A quarta edição da Revista Arandu ainda traz a atualidade do pensamento de Hannah Arendt, com uma análise da interseção entre tecnologia e política. O tema oferece uma reflexão profunda sobre como o pensamento da filósofa.

Por fim, temas variados compõem a publicação, como: ações afirmativas para ingresso na Universidade Federal do Amazonas; a importância de brinquedoteca em espaço lúdico da Defensoria Pública do Acre; e um estudo do relatório de atividades da Coordenadoria de Atendimento de Macapá.

Cada artigo, estudo e reflexão aqui presentes é um convite ao diálogo e à construção coletiva de soluções que impactam diretamente a vida dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, enfatizando a missão de não apenas garantir direitos, mas de promover uma sociedade mais equânime e justa, em consonância com os princípios que norteiam as Defensorias Públicas de todo o país.

A edição reafirma a missão da Revista Arandu de promover debates interdisciplinares e de grande relevância social, contribuindo para o fortalecimento das Defensorias Públicas e ampliando o conhecimento em áreas essenciais para a proteção de direitos e garantia de justiça.

Boa leitura!

Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa

Defensor Público-Geral do Amazonas

Presidente do Conselho de Política Editorial